

Termo de Referência 8/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2023	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	AUGUSTO SANTIAGO DA SILVA DUTRA	17/01/2024 16:18 (v 9.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		50000.032422 /2022-36

1. Definição do objeto

1.1. Contratação por meio de pregão eletrônico de pessoa jurídica especializada nos serviços de administração e gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões combustível e respectivas recargas de créditos mensais, a serem executados em estabelecimentos de rede credenciada, para o abastecimento dos veículos pertencentes à frota deste MT, em Brasília/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Catser	Descrição	Unidade de Medida	Quant. de Litros para 12 meses (A)	Quant. de Litros para 60 meses (B = A x 5)	Valor Médio da Tabela ANP 17/09 /2023 à 23 /09/2023 (C)	Percentual Médio de taxa de Administração (D)	Valor Unitário c/ Taxa de Administração (E= C x D)	Valor Médio Total Por Combustível para 12 meses (F = E x A)
Único	1	25372	Diesel S-10.	Litro	5.000	25.000	R\$ 6,41	2,84%	R\$ 6,59	R\$ 32.950,00
	2		Gasolina Comum.		15.000	75.000	R\$ 5,70	2,84%	R\$ 5,86	R\$ 87.900,00
Valor Total Médio da Contratação para 12 (doze) meses (G = F¹ + F²)										R\$ 120.850,00
Valor Médio Total do Diesel S-10 para 60 (sessenta) meses (H = F¹ x 5)										R\$ 164.750,00
Valor Médio Total da Gasolina Comum para 60 (sessenta) meses (I = F² x 5)										R\$ 439.500,00
Valor Total Médio da Contratação para 60 (sessenta) meses (J = H + I)										R\$ 604250,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023.

III) Id do item no PCA: 34.

IV) Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 390004-32/2022.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Elaboração de projeto, fabricação ou comercialização (incluindo locação, importação e exportação e instalação de máquinas e equipamento industriais) de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

4.1.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.2.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.1.2.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.2.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.3.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após assinatura do contrato.

4.3.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Margem de Preferência

4.6. Após consulta realizada em sítio eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacao.asp?tipo=7>), a Equipe de Planejamento constatou que não há registro de publicação de Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela.

Da Participação de Consórcio, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas

4.7. A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame.

4.8. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem, garantiria competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público, uma vez que para o fornecimento dos materiais e serviços não exigem complexidades.

4.9. Em relação à cooperativas, nos termos da súmula 281 do TCU, e do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, que dispõem sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, não será permitida a participação de cooperativas.

4.10. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, os termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

Da consulta aos Cadernos de Logística

4.11. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-delogistica>).

Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

4.12. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que é requisito a formação profissional do motorista com conhecimento e habilidades para a execução de suas funções.

Serviço continuado

4.13. A presente contratação se destina à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de gerenciamento de combustível. A interrupção dos serviços certamente comprometerá a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional do órgão.

Regime de Execução

4.14. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que, não é possível definir com precisão os quantitativos que serão demandados.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto iniciar-se-á a partir da data da assinatura do contrato mediante Ordem de Serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O serviço será efetuado por postos de revenda de combustíveis da empresa, ou por ela credenciados e disponibilizados à CONTRATANTE, obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não se admitindo recusa por parte da empresa, em decorrência de sobrecarga na sua capacidade técnica.

5.1.2.2. Manter o controle dos estabelecimentos de abastecimento dos combustíveis.

5.1.2.3. O combustível será recusado no caso de erro quanto ao produto solicitado e volume menor que o solicitado, colocando-os a disposição da CONTRATADA para substituição.

5.1.2.4. O combustível fornecido poderá ser objeto de análise técnica laboratorial, a qualquer tempo, conforme requisitado pela CONTRATANTE, estando o pagamento condicionado a comprovação da autenticidade do combustível ofertado.

5.1.2.5. Fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível para toda frota de veículos desta Pasta.

5.1.2.6. Implantação de um sistema através do uso de tecnologia de cartões para toda a frota de veículos deste Ministério visando um controle eficiente dos serviços prestados, possibilitando a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos.

5.1.2.7. Promover a otimização e homogeneização informatizada das operações de abastecimento com controle efetivo sobre todos os usuários e veículos.

5.1.2.8. Fornecer cartões individuais para todos os veículos, onde a CONTRATADA fará o cadastramento dos usuários no sistema, constando nestes dados mínimos de identificação do usuário responsável pelo abastecimento de maneira automática e sem interferência do usuário na identificação, tal como sistema eletrônico, gravação codificada em cartão magnético ou similar, para controle de abastecimento, que servirão como meio de pagamento na rede credenciada.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados num raio de até 18 (dezoito) km de distância da CONTRATANTE.

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários: 07:00 às 00:00 horas.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas previstas no Instrumento de Medição de Resultado, Apêndice II deste termo.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. 07 (sete) Cartões em polietileno com chip magnético.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A frota de veículos deste Ministério é composta pelos veículos discriminados abaixo:

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano	Tipo de Combustível
01	Fiat	Doblô HLX 1.8 8V	JJU-1561	2010	Gasolina
02	Citroen	Jumper Minibus 2.3 HD	OVQ-6082	2013	Diesel S-10
03	Volkswagen	Caminhão 8.150-E Delivery	JFO-2169	2006	Diesel S-10
04	Renault	Fluence DYN20M 2.0	JKO-8911	2013	Gasolina
05	Renault	Fluence DYN20M 2.0	JJU-1889	2012/13	Gasolina
06	Renault	Fluence DYN20M 2.0	JJL-6778	2012/13	Gasolina
07	Audi	Q5 3.0 TDI	REC-5J17	2012/13	Diesel S-10

5.6.2. Durante a execução do contrato poderão ser incluídos novos veículos ou excluído veículos listados na relação constante deste instrumento.

5.6.3. Os acréscimos ou supressões do quantitativo e (ou) qualitativo serão a critério da Contratante, obedecidos aos limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/21.

5.6.4. Para dimensionamento da proposta a licitante poderá ofertar percentual negativo de taxa administrativa, onde será convertido em desconto.

5.6.5. O valor, por litro, dos diversos tipos de combustíveis, não poderão ser superiores aos preços máximos, no Distrito Federal, constantes do Sistema de Levantamento de Preços – SLP no Distrito Federal, divulgados semanalmente pela Agência Nacional de Petróleo-ANP, disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos>.

5.6.6. O cálculo para dimensionamento da proposta será o seguinte: valor global do combustível divulgado pela ANP, multiplicado pelo o percentual de taxa administrativa.

5.6.7. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas operacionais e administrativas, encargos sociais (previdenciários e trabalhistas) tributos (impostos, taxas e contribuições) e demais despesas decorrentes de exigência legal ou das condições para fornecimento de combustível.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de

serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice II deste termo.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que ao CONTRATADO:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. **Estado desejável:** as atividades realizadas estão compatíveis com este Contrato;

7.3.2. **Estado indesejável:** a Fiscalização deste Contrato, ao realizar a aferição e tomar ciência da execução dos serviços de forma total ou parcialmente indevida, notificará a ocorrência ao representante legal da empresa, por escrito, e atribuirá 01 (um) ponto para cada atividade mal executada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.29.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.30. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.22. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

8.28.1.1.1. A exigência de comprovação mínima de 03 (três) anos se justifica por envolver mão de obra residente e haver uma expectativa de que o contrato perdure por até 5 (cinco) anos, caso a prestação dos serviços seja satisfatória, bem como haja regularidade na execução contratual, e haja interesse da Administração na prorrogação. Nesse sentido, é imprescindível que a licitante tenha uma experiência mínima no ramo, compatível com o desenvolvimento dos serviços propostos.

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 604.250,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 604.250,00 (seiscentos e quatro mil duzentos e cinquenta e reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 deste termo.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 390004 - SPOA.

II) Fonte de Recursos: 1050

III) Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001.

IV) Elemento de Despesa: (Será informado após emissão de Nota de Empenho).

V) Plano Interno: (Será informado após emissão de Nota de Empenho).

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Obrigações do Contratante

São obrigações do Contratante:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

11.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

12.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021.

12.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

12.20. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato (art. 125 da Lei nº 14.133/2021).

12.20.1. Qualquer solicitação de acréscimos e/ou de supressões deverá ser iniciada com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data de término do prazo contratual, mediante correspondência da CONTRATANTE à CONTRATADA.

12.21. A CONTRATADA deverá designar preposto, que será acionado pela CONTRATANTE quando necessário.

12.22. Os locais de abastecimento deverão estar equipados, de forma a integrar o sistema de abastecimento com cartões utilizados.

12.23. Todos os estabelecimentos de abastecimento credenciados deverão possuir identificação visual externa que permite a pronta verificação do abastecimento na forma descrita neste termo.

12.24. O sistema deverá possibilitar o bloqueio do uso de qualquer cartão, por qualquer um dos responsáveis pela execução do contrato, considerando suas respectivas esferas de atuação, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.

12.25. A implantação de segunda via de cartão deverá ser realizada para reposição devido: a dano físico (inclusive informações magnéticas ou informatizadas) ou perda, sem ônus ao CONTRATANTE.

12.26. O sistema deverá possuir previsão para abastecimento manual com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana, de forma a manter o abastecimento em caso de pane do sistema informatizado no local de abastecimento.

12.27. O sistema deverá possibilitar a emissão de recibo impresso contendo os dados do abastecimento efetuado, contendo (local, hora, quantidade, valor dados do veículo e responsável) no momento do abastecimento.

12.28. A empresa vencedora deverá prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive feriados, através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) e de telefonia gratuita (0800) para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.

12.29. A empresa vencedora deverá disponibilizar sistema de administração e manutenção básica dos cartões, de maneira a realizar procedimentos com atualizações, bloqueio e liberação de usuários ou veículos.

12.30. O sistema só poderá permitir o abastecimento por pessoas previamente cadastradas ou autorizadas mediante cartão.

12.31. Todas as promoções e descontos propiciados pelos estabelecimentos de abastecimento deverão ser repassados ao CONTRATANTE, sendo que o preço promocional e/ou à vista deverá ser aplicado ao pagamento à empresa, sem discriminação, sempre considerando o menor preço que estiver sendo praticado no estabelecimento.

12.32. O CONTRATADO deverá instalar fornecer ao CONTRATANTE, software que permita a manutenção dos cadastros, o controle dos cartões, consultas e emissão de relatórios ou disponibilizar o serviço através de acesso via internet ao site da empresa.

12.33. As bases de gerenciamento deverão possuir níveis de acesso ao sistema de acordo com o porte de autorização e controle, de acordo com a determinação do gestor do contrato.

12.34. A empresa deverá fornecer manuais operacionais, de acordo com o porte de autorização e controle, mantendo-os atualizados em todas as bases de gerenciamento, bem como deverá fornecer manual simplificado a todos os operadores do sistema.

12.35. O sistema deverá contemplar informações de gerenciamento dos abastecimentos efetuados com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, inclusive quanto ao consumo de cada veículo, capacidade de abastecimento, média de consumo e frequência de abastecimento.

12.36. Os relatórios gerenciais que serão disponibilizados pela empresa deverão permitir à contratante verificar o consumo de combustível da frota por tipo de combustível, a quantidade de transações, o valor pago por tipo de combustível, o histórico do veículo, diagnosticar diferenças significativas de consumo de combustível, de forma geral, por unidade distrital e individual. Poderá a contratante exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados a controle de combustível.

12.36.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.36.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.36.3. Os comprovantes de abastecimento deverão conter no mínimo as seguintes informações:

12.36.3.1. Nome da empresa;

12.36.3.2. CNPJ;

12.36.3.3. Data;

12.36.3.4. Hora;

12.36.3.5. Quilometragem;

12.36.3.6. Veículo;

12.36.3.7. Placa;

12.36.3.8. Nome do motorista;

12.36.3.9. Litros abastecidos;

12.36.3.10. Valor do litro; e

12.36.3.11. Valor final.

13. Alteração Subjetiva

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. Reajuste

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/09/2023.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base nos art's. 135 e 136 da Lei n.º 14.33/2021.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. Das Sanções Administrativas

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.4. Multa:

15.2.4.1. Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

15.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

15.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. 15.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato;

15.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato.

15.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato.

15.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 2,0 % a 3,0% do valor do Contrato.

15.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

15.2.4.7.1. Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, apêndice deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 15.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16. Obrigações Pertinentes à LGPD

16.1. Não há necessidade de aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, haja vista que o objeto a ser contratado não vincula dados pessoais considerados restritos.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAM ALVES

Integrante requisitante



Assinou eletronicamente em 17/01/2024 às 16:18:24.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IMR.pdf (423.37 KB)
- Anexo II - ETP7_2023 (10).pdf (307.02 KB)

Anexo I - IMR.pdf

INDICADOR

1. Garantir a execução contratual dentro dos parâmetros mínimos estabelecido

Item	Descrição
Finalidade	Executar os serviços conforme os critérios mínimos estabelecidos no Termo de Referência.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.
Instrumento de medição	Avaliação diária, semanal e mensal.
Forma de acompanhamento	Apuração diária pelo fiscal do contrato no número de ocorrências enviado pelo supervisor de vigilância.
Periodicidade	Diária, mensal, semestral e anual.
Mecanismo de Cálculo	Número de ocorrências. Houve ocorrências para que refletisse o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Faixas de ajuste no pagamento	Faixa 1: Até 02 (duas) ocorrências: pagamento de 100% do valor mensal do contrato.
	Faixa 2: De 03 (três) a 04 (quatro) ocorrências: pagamento de 98% do valor mensal do contrato.
	Faixa 3: De 05 (cinco) a 07 (sete) ocorrências: pagamento de 96% do valor mensal do contrato.
	Faixa 4: Maior de 07 (sete) ocorrências: pagamento de 94% do valor mensal do contrato.

TABELA DE AFERIÇÃO DE RESULTADOS - CORRESPONDENTE AO IMR

Item	Descrição	Ocorrências	
	Atividades executadas de acordo com o contrato.	Sim	Não
Diária			
1	Abastecer com combustível compatível ao do veículo.		
2	Fornecer comprovantes devidamente preenchidas e legíveis, que comprovem a realização do abastecimento.		
3	Disponer de atendimento nos horários acordados.		
Semanal			
4	Permitir abastecimentos por pessoas não cadastradas ou autorizadas mediante cartão.		
5	Emitir relatório semanal quantificando os abastecimentos e suas respectivas litragens, quando solicitado.		
Mensal			
6	Entregar nota fiscal devidamente acompanhada de sua documentação, na data prevista.		

Anexo II - ETP7_2023 (10).pdf

Estudo Técnico Preliminar 7/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.032422/2022-36

2. Introdução

2.1 A Equipe de Planejamento da contratação, designada pela Portaria n.º 635, de 30 de junho de 2023, publicada no Boletim de Gestão de Pessoas/SIGEP-BGP, Ano 7, Edição 7.2, de 04/07/2023, elaborou os Estudos Preliminares referentes à contratação em tela para análise de viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no anexo III da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017.

3. Objeto

3.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle de aquisições de combustíveis, em rede de postos credenciados, compreendendo administração e gerenciamento informatizado, com uso de cartões magnético ou com chip como meio de intermediação do pagamento, pelo fornecimento de combustíveis, a fim de que seja atendida a frota oficial do Ministério dos Transportes.

4. Legislação Aplicada

4.1 Lei 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.2 Lei 13.723/2018: Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

4.3 Decreto 9.454/2018: Regulamenta o disposto na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018, e na Medida Provisória nº 847, de 31 de julho de 2018, que dispõem sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel rodoviário.

4.4 Decreto 9.692/2019: Altera o Decreto nº 9.454, de 1º de agosto de 2018, para dispor sobre a extensão do prazo para a apuração e a liquidação entre créditos e débitos existentes entre os beneficiários e a União ao fim da concessão de subvenção econômica à comercialização do óleo diesel rodoviário.

4.5 Resolução CONAMA 273/2000: Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição.

4.6 Resolução CONAMA 319/2002: Dá nova redação a dispositivos da Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000, que dispõe sobre prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviços.

4.7 Resolução CONAMA 430/2011: Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

4.8 NR 20: Norma Regulamentadora - NR que estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

4.9 NR 15: A norma regulamentadora foi originalmente editada pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978, estabelecendo as “Atividades e Operações Insalubres”, de forma a regulamentar os artigos 189 a 196 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme redação dada pela Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V (da Segurança e da Medicina do Trabalho) da CLT.

4.10 NR 16: A norma regulamentadora foi originalmente editada pela Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978, de maneira a regulamentar os artigos 193 a 196 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da CLT.

4.11 Resolução ANP 09/2007: Estabelece o Regulamento Técnico que trata do controle da qualidade do combustível automotivo líquido adquirido pelo Revendedor Varejista para comercialização.

4.12 Resolução ANP 41/2013: Ficam estabelecidos os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a sua regulamentação.

4.13 Resolução ANP 4/2015: Altera a Resolução ANP nº 58 de 2014, que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos e a sua regulamentação.

4.14 Resolução ANP 790/2019: Dispõe sobre o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC e dá outras providências.

5. Descrição da necessidade

5.1. O Ministério dos Transportes – MT, é o órgão da administração pública federal direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais para o setor de transportes dos modais ferroviário, rodoviário e pela política nacional de trânsito. Sua atuação abrange ainda a participação no planejamento estratégico do setor, a elaboração de diretrizes para a sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos, com o propósito de alcançar a integração e a complementaridade entre os diferentes modais de transporte, ensejando a configuração de uma matriz viária mais racional.

5.2. A contratação dos serviços, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, visa atender a necessidade de suprir os veículos, que compõem a frota do MT, com as condições de subsidiar o Órgão na consecução de sua missão e função institucionais quando do deslocamento eficaz e eficiente de autoridades, servidores e outros a serviço do Ministério e no transporte de cargas, materiais e equipamentos no âmbito de suas atividades regulares e eventuais.

5.3. A frota de veículos é um instrumento de apoio às atividades administrativas do MT, atendendo a necessidade de transporte de pessoas e cargas.

5.4. Atualmente a frota do Ministério é composta por 8 (oito) veículos automotores conforme descritivo abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	IDENTIFICAÇÃO (PLACA)
Veículo de representação	Mitsubishi	Outlander	2019/2020	Gasolina	PAL-3A28
Veículo de representação	Audi	Q5	2013/2013	Óleo diesel S10	REC-5J17
Veículo de representação	Renault	Fluence	2012/2013	Flex	JJL-6778
Veículo de representação	Renault	Fluence	2013/2013	Flex	JKO-8911
Serviço comum	Renault	Fluence	2012/2013	Flex	JJU-1889
Serviço comum	Renault	Jumper	2013/2014	Óleo diesel S10	OVQ-6082
Serviço comum	Fiat	Doblô	2010/2010	Flex	JJU-1561
Serviço comum	Volkswagen	8.150E	2006/2007	Óleo diesel S10	JFO-2169

5.5. A contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis com fornecimento através de cartões magnéticas ou com chip, é de grande importância para atender as necessidades do MT em virtude dos deslocamentos e transportes de pessoas e materiais em diversos pontos da cidade de Brasília, no Distrito Federal (DF) e locais limítrofes com o DF, viabilizando o abastecimento no momento mais oportuno e conveniente para a Administração.

5.6. O objetivo principal da contratação é proporcionar um fornecimento de combustível com qualidade, agilidade, economicidade e conveniência, com controle eficaz e eficiente, que permita a obtenção de respostas imediatas e seguras para o órgão.

5.7. A decisão na escolha pelo modelo de contratação deve considerar as vantagens decorrentes da melhor gestão e controle das despesas com a frota de viaturas. O modelo escolhido deve gerar redução de custos no que diz respeito ao abastecimento por meio de relatórios gerenciais e da possibilidade de definir parâmetros de utilização e restrições diferenciadas, relacionadas aos veículos e usuários.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Transportes - SETRA	William Alves

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

7.1. Possuir rede de estabelecimentos conveniados de no mínimo 02 (dois) postos de combustíveis próximos à sede do MT.

7.2. Todos os postos credenciados ou distribuidoras deverão ser cadastrados na Agência Nacional de Petróleo – ANP. A empresa vencedora deverá, a data de assinatura do Contrato, listar todos os postos onde a aquisição dos combustíveis poderão ser efetuadas e comprovar que eles estão cadastrados na ANP.

7.3. Os combustíveis a serem fornecidos, deverão estar enquadrados nas especificações da ANP ou Órgão Federal responsável.

7.4 A licitante apresentará sua proposta com taxa fixa de administração sobre o item que incidirá durante o período inicial do contrato, sobre o preço divulgado semanalmente pelo site da ANP, para o DF.

7.5 Os créditos disponibilizados no cartão serão cumulativos e disponíveis aos usuários, independente da frequência de uso do cartão, sem prazo para expiração até o término da vigência do contrato.

7.6 Possuir instalações, aparelhamento e pessoal adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.

7.7 A exigência constante no subitem anterior visa mitigar prejuízos econômicos, visto que a distância superior ao estabelecido encarecerá o custo final da contratação, ensejando em perda de economia de escala entre os intervalos de abastecimentos, aumento no consumo de combustível, desgastes nos veículos, há ainda fatores ligados ao tráfego tais como, reformas interdições de vias e outros mais que possam vir a comprometer a execução dos serviços.

7.8 Oferecer estabelecimentos credenciados em raio máximo de 300 km entre si.

7.9 Quantitativos de postos na delimitação do raio de 18 (dezoito) km à luz da competitividade. No quadro abaixo demonstramos que há postos em diversas localidades que possuem condições de atender às demandas:

Distância e Tempo em Relação ao MT			
Item	Posto	Distância Aprox. (Km)	Tempo Aproximado
01	Posto da Torre	3,8	11 min
02	Disbrave	3,9	09 min
03	Cascol	3,7	08 min
04	Monumental	2,6	07 min
05	Posto BR	2,7	08 min
06	Brasal Combustíveis	11,7	21 min
07	214 Sul	8,6	13 min
08	Petroil	3	09 min

09	Petronorte Candangolândia	18	24 min
10	Posto Gasoline	14,7	17 min

7.10 Da Natureza dos Serviços

7.10.1 A prestação dos serviços configuram-se de natureza continuada, tendo em vista, que a interrupção desse serviço, pode comprometer a continuidade das atividades da Administração. Além disso, cabe destacar que a sua execução estende-se por mais de um exercício financeiro.

7.10.2 A contratação via licitação por pregão eletrônico, torna-se mais conveniente, em razão dos custos envolvidos na sua contratação, pois trata-se de um serviço contínuo e sua interrupção poderá causar prejuízos a Administração Pública.

7.10.3 Também o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 132/2008 - Segunda Câmara, caracterizou o caráter contínuo dos serviços:

[...]

"29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

[...]

7.10.4 Essas características estão presentes na pretensa contratação, ficando demonstrado o caráter contínuo dos serviços.

7.11 Da Natureza do Objeto

7.11.1 Os serviços a serem executados, salvo melhor juízo, enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º, capítulo III da Lei 14.133/21, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

7.12 Prazo de Vigência

7.12.1 O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 Participação de Cooperativas

7.13.1 Nos termos da súmula 281 do TCU, e do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, que dispõem sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, não será permitida a participação de cooperativas.

7.14 Da adoção de consórcio

7.14.1 No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

7.14.2 A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

7.14.3 Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 14 da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, o para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

7.15 Transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

7.15.1 Não se aplica ao caso.

7.16 Regime de execução

7.16.1 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que, não é possível definir com precisão os quantitativos que serão demandados.

8. Levantamento de Mercado

8.1 Solução 1: Aquisição de combustível via Dispensa de Licitação (DL)

8.1.1 Adquirir o combustível por dispensa de licitação. Contudo, para haver a aquisição, o ideal é que se tenha local adequado e com a segurança necessária para estocar o combustível. Diante da real necessidade na obtenção do serviço objeto do presente estudo, a contratação por dispensa de licitação poderia ser cogitada, mas é desvantajosa para o MT, tendo em vista que licitantes localizados em outras unidades da federação talvez não se interessaria no fornecimento, devido ao processo atender somente a uma Unidade Gestora e devido ao quantitativo previsto de combustíveis.

8.1.2 Outra desvantagem da Dispensa de licitação é que a vigência do contrato seria especificamente somente para o exercício de 2023, pois não seria possível a prorrogação desse por mais um ano. Seria necessário elaborar o processo anualmente, o que poderia causar prejuízo ao erário, uma vez que se trata de algo que precisa ter uma continuidade para execução das atividades inerentes ao MT.

8.1.3 Adicionalmente, considerando a real necessidade do MT, fornecimento de combustível com qualidade, agilidade, economicidade e conveniência, com controle eficaz e eficiente, a contratação por dispensa de licitação revela-se desvantajosa para a Administração tendo em vista:

i) os valores atualmente permitidos em legislação nessa modalidade de contratação para cada exercício, dado o caráter estimado dos quantitativos de combustível;

ii) o potencial desinteresse de licitantes de outras unidades da federação no fornecimento para somente uma única Unidade Gestora devido ao quantitativo de consumo estimado e custos envolvidos no fornecimento de combustível na sede do MT, tais como os de frete;

iii) a vigência do contrato oriundo de uma DL, restrita somente para um único exercício. Como não seria possível prorrogação do contrato e considerando a contínua e permanente necessidade de fornecimento de combustível para execução das atividades inerentes ao MT, tal solução onera a Administração com anuais e sucessivos processos de compra, além de demandar gastos com construção de local e aquisição de equipamentos para armazenamento e abastecimento de combustível na sede do Ministério.

8.2 Solução 2: Aquisição de combustível via pregão eletrônico por sistema de registro de preço

8.2.1 Essa solução, também exigiria pela Lei nº 14.133/21, licitar anualmente, podendo ser prorrogado por apenas mais 01 (um) ano, o que também onera a Administração. Além disso, não há a possibilidade de aditivo da quantidade informada em ata de registro de preço. Diante disso, se a quantidade estimada esgotar durante o exercício, será necessário outro processo de licitação para eventuais abastecimentos subsequentes naquele exercício.

8.2.2 Além disso, a aquisição do produto através de pregão eletrônico por sistema de registro de preço também ensejaria, provavelmente, instalações, equipamentos e pessoal dedicado para o manejo de combustíveis por parte do Ministério, conforme descrito na **Solução 1**.

8.2.3 Cabe destacar a volatilidade dos preços dos combustíveis nos últimos anos.

8.3 Solução 3: Adesão de Ata de Registro de Preços para contratação de serviço de administração, gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis

8.3.1 A adesão de Ata de Registro de Preços para contratação de serviço de administração, gerenciamento e controle de aquisições de combustíveis: gasolina comum, etanol comum, diesel comum e/ou diesel S-10, em rede

de postos credenciados, compreendendo administração e gerenciamento informatizado, com uso de cartões magnéticos ou com chip como meio de intermediação do pagamento, pelo fornecimento de combustíveis. Esse é o mais indicado, pois se trata de uma adesão que atenderá a necessidade constante do órgão com o abastecimento da sua frota.

8.3.2 Além disso, revela-se como a solução mais vantajosa e viável para a Administração pelos seguintes aspectos:

- i) A adesão poderá se tornar contrato com duração de até 60 (sessenta) meses;
- ii) a praticidade de utilização de cartões para pagamento e o gerenciamento e controle informatizados, que oferecem mais transparência, eficiência e segurança da gestão do contrato e de gastos públicos;
- iii) a maior disponibilidade de pontos de abastecimento da frota, viabilizando reabastecimento fora da sede do MT em locais e horários diversos, conforme necessidade pontuais da Pasta;
- iv) flexibilidade de fornecimento de combustível conforme especificidade do veículo: gasolina comum, etanol e óleo diesel S10;
- v) a possibilidade de renovação contratual, otimizando recursos com processos licitatórios;
- vi) a possibilidade do contrato de acompanhar os preços de mercado, favorecendo economicidade para o Ministério e equilíbrio financeiro para a empresa contratada, aliado à possibilidade de eventuais descontos oferecidos pelo prestador de serviço;
- vii) o dispêndio de valores pela Administração com quantidades de combustível efetivamente abastecido;
- viii) a não necessidade de construção e aquisição de equipamentos e local adequado na sede do MT para abastecimento de sua frota; e
- ix) redução nos custos processuais para execução da contratação.

8.3.3 Na adesão em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo benefício em face dos serviços serem considerados comuns.

8.3.4 Na análise da Solução 3, observa-se que no mercado há diversas empresas do ramo de prestação de serviços de fornecimento de combustível por meio de gerenciamento, controle e administração de despesas de abastecimento de veículos com sistema informatizado e integrado, via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão microprocessado com chip, tais como: Ticket Soluções HDFGT S/A, CNPJ 03506307/0001-57; Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, CNPJ 05.340.639/0001-30; Link Card Administradora de Benefícios EIRELI, CNPJ 12.039.966/0001-57 e Smart Serviços Ltda, CNPJ 23.685.734/0001-57.

8.3.5 Nesta adesão, os itens estão distribuídos em grupo único conforme estimativa de quantidade, pois facilita a gestão contratual, ocasionando em maior eficiência técnica, além de gerar mais economia para a Administração há maior garantia dos resultados e o melhor controle dos serviços pela fiscalização.

Quadro com Soluções de Mercado			
Objeto	Órgão	Pregão	Fornecedor
Gerenciamento de combustíveis.	Valec Engenharia Construções e Ferrovias.	02/2022	Ticket Log – Ticket Soluções HDFGT S /A.
	Universidade Federal de Brasília - UFB.	307 /2022	Ticket Log – Ticket Soluções HDFGT S /A.
	Comando da Aeronáutica. GAP/BR.	89/2021	Ticket Log – Ticket Soluções HDFGT S /A.
	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.	14/2022	Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

8.3.6 A pretensa contratação tem por objeto, serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Portanto, trata-se de serviço

comum a ser contratado mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme prevê a legislação vigente e jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.

8.3.7 Os combustíveis a serem contratados serão, Gasolina Comum e Diesel S-10, pelo seguintes fatores:

a) Gasolina Comum: Possui um rendimento energético maior, o que gera um impacto econômico direto para o motorista que abastece, bem como da conservação da vida útil de componentes (motor, bombas, injetores e tanque), maior durabilidade (ela possui antioxidantes que retardam seu envelhecimento, o que a posiciona como uma excelente opção para quem usa pouco o carro);

b) Diesel S-10: Pelo fator de apresentar vantagens tanto no quesito emissão de poluentes, como no desempenho dos veículos. Com o Diesel S10, a redução da emissão de óxido de nitrogênio pode chegar até em 98% e a de óxido de enxofre e de outras partículas em até 80%.

8.3.8 Não foi considerada a inclusão do combustível Etanol, pelos seguintes fatores:

a) Apesar do processo de produção do álcool ser considerado simples, ele costuma demandar muita energia;

b) A matéria-prima precisa de grandes áreas para ser cultivada, resultando em desmatamento e uso de terras que poderiam servir para a produção de alimentos;

c) Para garantir a preservação do meio ambiente, são várias as leis brasileiras que limitam as áreas para a agricultura;

d) Em temperaturas abaixo de 13º o etanol perde a sua capacidade de combustão, ocasionando numa grande dificuldade para ligar o veículo; e

e) O cálculo básico para se descobrir se o álcool é vantajoso ou não em relação à gasolina é simples. Basta dividir o preço do litro do álcool pelo da gasolina. Se o resultado for inferior a 0,7, usa-se álcool. Se for maior que 0,7, então a gasolina é mais vantajosa.

f) A memória de cálculo utilizada para balizar o quantitativo para a pretensa contratação segue anexo ao Processo, conforme documento 6727164.

Nesse sentido, expomos:

Levantamento de Valores da ANP			
Mês	Tipo de Combustível	Valor Médio por Litro (R\$)	Diferença em Vantajosidade = Etanol / Gasolina
Agosto	Gasolina comum	R\$ 5,61	0,85
	Etanol	R\$ 4,82	
Setembro	Gasolina comum	R\$ 5,23	0,76
	Etanol	R\$ 4,02	
Outubro	Gasolina comum	R\$ 4,99	0,71
	Etanol	R\$ 3,52	
Novembro	Gasolina comum	R\$ 5,18	0,77
	Etanol	R\$ 3,99	
Dezembro	Gasolina comum	R\$ 5,32	0,77
	Etanol	R\$ 4,12	

9. Descrição da solução como um todo

9.1 A solução proposta é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle para abastecimento de combustíveis, com uso de cartões magnético ou com chip como meio de intermediação do pagamento, pelo fornecimento de combustíveis, mediante a utilização de sistema informatizado e de recursos tecnológicos, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, com abrangência em todo o Distrito Federal (DF) e locais limítrofes com o DF, para atender a frota do MT.

9.2 A prestação dos serviços deverá atender à frota pertencente ao patrimônio do Ministério dos Transportes.

9.3 A CONTRATANTE poderá alterar a lista de veículos cadastrados a qualquer momento, acrescentando ou retirando os veículos conforme suas necessidades. A quantidade de veículos do contrato poderá sofrer alterações durante a vigência contratual. Caberá à CONTRATADA proceder com os ajustes nos sistemas em função da modificação da frota.

9.4 A CONTRATADA deve possuir estabelecimentos credenciados para a prestação dos serviços em Brasília, no Distrito Federal (DF) e, preferencialmente, em locais limítrofes com o DF.

9.5 Os insumos a serem fornecidos constam no rol, conforme justificado esses insumos no item 8.3.7, que se segue:

- Gasolina comum; e
- Diesel S-10.

9.6 Os combustíveis deverão seguir as seguintes disposições:

9.6.1 Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

9.6.2 A CONTRATADA deverá manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto à regularidade e qualidade dos combustíveis.

9.6.3 No caso de identificação da adulteração de combustíveis, infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos credenciados, a CONTRATADA se obriga a informar de imediato à CONTRATANTE e denunciar às autoridades competentes as irregularidades, adotando em paralelo medidas necessárias ao saneamento.

9.6.4 Promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados deverão se estender irrestritamente à CONTRATANTE.

9.6.5 Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos valores médios e máximos praticados por Unidade da Federação divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

9.6.6 O preço a ser pago pelo combustível terá como limite o valor praticado à vista no posto credenciado, no momento do abastecimento.

9.6.7 Serão configurados como abusivos os valores superiores ao máximo praticado por Unidade Federativa divulgado nas tabelas da Agência Nacional do Petróleo - ANP - relativo ao respectivo tipo de combustível.

9.6.8 No caso de configuração de valor abusivo, o CONTRATADO deverá submeter justificativa do preço praticado à CONTRATANTE, respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive com o ressarcimento de valores.

9.6.9 O CONTRATANTE, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela CONTRATADA, configurados abusivos ou não.

9.7 Todos os estabelecimentos da rede credenciada deverão atender aos requisitos estabelecidos nas Resoluções ANP nº 41/2013 e ANP nº 57/2014.

9.8 Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços objeto presente neste documento, o CONTRATADO deverá implantar e operacionalizar, junto ao CONTRATANTE, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento da aquisição de combustíveis, propiciando o CONTRATANTE gestão e controle detalhado das informações.

9.9 A Contratada deverá ainda:

9.9.1 Apresentar relação de sua rede credenciada, que deve estar apta a atender todo o Distrito Federal no mínimo, e a fornecer todos os combustíveis que constam no item 9.5.

9.9.2 Manter a relação de sua rede credenciada atualizada e disponível on-line para o CONTRATANTE.

9.9.3 Manter um representante/preposto, para prestar, junto ao CONTRATANTE, esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato CONTRATANTE-CONTRATADO.

9.9.4 Realizar, conforme demanda do CONTRATANTE:

- a) Cadastro de novos veículos e usuários;
- b) Alteração de registro de servidores e veículos;
- c) Regularização de transações diversas, necessárias ao bom funcionamento do sistema e do contrato;
- d) Executar toda e qualquer atividade relacionada com os itens constantes no presente documento.

9.9.5 Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

9.9.6 Enviar relatórios dos abastecimentos realizados semanalmente, constando, por localidade, os dados dos veículos abastecidos conforme os padrões de relatório constantes no item 9.21 deste Anexo.

9.10 Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema on-line, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da CONTRATANTE, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

9.11 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web, para gerenciamento da frota da CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos que a integrarem, respeitado o prazo dado no subitem 9.18.1 deste Anexo.

9.12 O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

9.13 A solução proposta possibilitará o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos, através de:

- a) Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.
- b) Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos produtos e serviços adquiridos junto à rede credenciada no momento do abastecimento.
- c) Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on-line).
- d) Acesso para a FISCALIZAÇÃO, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela CONTRATANTE.
- e) Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.
- f) Rede de postos de abastecimento equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA.
- g) Interface digital amigável.

9.14 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE deverá respeitar o subitem 9.18.1 deste Anexo.

9.15 Após a assinatura do contrato, as partes definirão a sistematização de novos credenciamentos, desde a forma de solicitação até os requisitos exigidos, atentando-se aos prazos elencados no subitem 9.18.1 deste Anexo, sem custos extras para a CONTRATANTE.

9.16 A localização dos estabelecimentos de abastecimento e demais serviços a serem contratados, sempre que possível, deverá atender os seguintes requisitos:

- a) Existir ao menos um estabelecimento credenciado com distância de, no máximo, 18 Km da sede do Ministério dos Transportes em Brasília-DF, abrangidas pelo contrato;
- b) Oferecer estabelecimentos credenciados em raio máximo de 300 Km entre si.

9.17 A implantação do sistema de gerenciamento ficará vinculado aos prazos e demais condições a constar no Edital e seus Anexos.

9.18 Dos prazos de execução

9.18.1 A CONTRATADA não deverá ultrapassar os seguintes prazos máximos:

ATIVIDADE	PRAZO
Cadastrar a frota de veículos.	30 dias, contados da assinatura do contrato
Cadastrar condutores (usuários do cartão).	
Definir logística da rede de postos credenciados.	
Credenciar no mínimo dois estabelecimentos de fornecimento de combustível num raio de 18 km de distância da Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – CEP 70.044-902, Brasília/DF.	
Fornecer a CONTRATANTE dados cadastrais da rede de postos credenciados.	
Fornecer cartões para os veículos.	
Fornecer cartões para usuários.	
Capacitar as partes envolvidas no gerenciamento, observado o item Treinamento indicado neste documento.	
Atender às Unidades ligadas ao MT, incluídas posteriormente no contrato, conforme os mesmos critérios estabelecidos para a contratação.	30 dias, a partir da solicitação
Credenciar postos que atendam ao subitem 9.16 deste documento, caso alguma das Unidade inicialmente não abrangidas no contrato seja posteriormente incluída.	
Fornecer a relação da rede credenciada atualizada.	A cada 30 dias
Cadastrar novo veículo após sistema implantado.	2 dias, a partir da solicitação
Entregar segunda via de cartão de veículo ou de usuário.	5 dias úteis, a partir da solicitação

Prover respostas as demandas formais dos fiscais (ofício).	5 dias úteis
Prover respostas as demandas informais dos fiscais e usuários (e- mail, telefone, etc.).	24 horas
Solucionar problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE.	5 dias úteis

9.19 Da implantação do sistema

9.19.1 O controle de transações deverá ser auditado pela própria CONTRATADA a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal e pela CONTRATANTE, a qualquer tempo.

9.19.2 O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows 95/98/XP/2000/Vista/Seven/8 e Linux, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, LibreOffice, BrOffice e Office 365, ou outro que possa vir ser utilizado pela CONTRATANTE, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

9.19.3 O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.

9.19.4 Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da CONTRATADA, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo nenhum ônus adicional à CONTRATANTE e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela CONTRATANTE.

9.19.5 A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento da frota, com apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo descrito no subitem 9.18.1 deste Anexo.

9.19.6 Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados em prazo descrito no subitem 9.18.1 deste Anexo, após informações prestadas pela CONTRATANTE.

9.20 Do Treinamento

9.20.1 Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, conforme o prazo descrito no subitem 6.18.1 deste Anexo.

9.20.2 A CONTRATADA deverá ministrar treinamento inaugural a gestores ou fiscais indicados pela CONTRATANTE que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, nos moldes que se seguem:

9.20.3 O treinamento poderá ser virtual ou presencial, sendo que, se for presencial, deverá ser realizado no Anexo A do MT, em Brasília-DF;

9.20.4 Deverão ser fornecidos todos os materiais didáticos e os manuais de operação para os fiscais estaduais e para os fiscais nacionais, além de outros que podem ser indicados pela CONTRATANTE;

9.20.5 A data de realização e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o gestor nacional de frota, ator a ser indicado pela CONTRATANTE.

9.20.6 A CONTRATADA deverá oferecer treinamento de reciclagem sempre que houver necessidade, e este treinamento poderá ser demandado pela CONTRATANTE a qualquer tempo.

9.20.7 Sem prejuízo do acima disposto, quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

9.21 Da Apresentação De Relatórios

9.21.1 O sistema deverá viabilizar o controle de produtos e serviços contratados, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis para consulta na web imediatamente após realizada a transação.

9.21.2 As operações (transações) deverão disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações individuais:

- a) Placa e demais dados de identificação do veículo;
- b) Identificação do usuário;
- c) Estabelecimento / Município / UF;
- d) Data e hora;
- e) Tipo de operação (compra, consulta, estorno, etc.);
- f) Produto adquirido;
- g) Quantidade;
- h) Valor da operação por veículo;
- i) Identificação do responsável pelo abastecimento;
- j) Marcação da quilometragem do veículo;
- k) Valor unitário do produto;
- l) Valor da compra.

9.21.3 São considerados Relatórios Gerenciais Fundamentais, a serem disponibilizados via web, separados por estado:

a) Relatório cadastral do veículo, contendo, no mínimo: Local de Cadastro; Marca/Tipo/Modelo; Cor; Ano Fabricação; Ano Modelo; Tipo combustível; Placa/UF; Número RENAVAL; Capacidade do tanque e Média de consumo (Km/litro).

b) Controle do abastecimento do veículo: identificação do veículo; Quilometragem rodada mensalmente e anualmente; Consumo mensal e anual; Média de consumo (Km/litro) mensal e anual; Quantidade de litros consumidos mensal e anual; Custo total com cada tipo de combustível e inconsistências ocorridas.

c) Controle dos abastecimentos mensais: identificação, por estado, dos veículos abastecidos naquele mês; dados do abastecimento, conforme o item 9.21.2 deste Anexo; preços médio e máximo do mês conforme a tabela da ANP.

c.1) O controle dos abastecimentos mensais servirá de fundamento para a nota fiscal, e deverá ser disponibilizado no Termo de Referência.

9.21.3.1 Controle de operação: Dados com totalizadores gerenciais e de transações.

9.21.4 Os relatórios devem estar disponibilizados via web a qualquer momento, e devem ser enviados para os gestores semanalmente. O gestor nacional deve receber por e-mail os relatórios de todos os veículos abastecidos semanalmente, separados por estado. Cada gestor estadual deve receber por e-mail os relatórios referentes aos veículos de sua Secretaria.

9.21.5 Os relatórios gerenciais disponibilizados pela CONTRATADA deverão permitir à CONTRATANTE verificar o consumo de combustível utilizado pela frota, por tipo de combustível, o valor pago por de transação, o histórico do veículo e do usuário, diagnosticar diferenças significativas de consumo de combustível e outros, de forma geral, por unidade regional e individual.

9.21.6 A CONTRATANTE poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

9.21.7 A CONTRATADA deverá fornecer cópia completa do banco de dados relativo a veículos, usuários e transações realizadas em formato inteligível para planilhas ou banco de dados ao término de cada exercício fiscal, gravado em meio magnético ou disponível para download.

9.21.8 A CONTRATADA deve possibilitar solução web service, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos, para os sistemas da CONTRATANTE.

9.21.9 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE ao banco de dados e relatórios gerenciais, via internet, 24 horas por dia, todos os dias, durante a vigência do contrato.

9.21.10 Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a CONTRATADA se obriga a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pela CONTRATANTE, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

9.21.11 A CONTRATADA deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa cadastrada no sistema, bem como dos usuários autorizados a registrar os abastecimentos no sistema.

9.21.12 Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes em Edital e seus Anexos e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.22 Da Utilização do Sistema de Gerenciamento

9.22.1 A administração e o gerenciamento do fornecimento de combustíveis serão contratados de forma continuada e ininterrupta, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado.

9.22.2 O contrato será utilizado para o abastecimento dos veículos próprios da CONTRATANTE e de outros que ela solicitar a inclusão.

9.22.3. Para atender a alguma excepcionalidade, o sistema deverá possibilitar o lançamento manual das transações com autorização fornecida via telefone, de forma a manter os serviços contratados em casos de pane ou de inoperância do sistema informatizado no local de abastecimento ou ainda de perda dos cartões dos veículos ou dos usuários.

9.22.4 O sistema de administração e manutenção básica de cartões deverá ser disponibilizado para cada unidade da CONTRATANTE, de maneira a realizar procedimentos como correção de transações, alterações de senhas, atualização, bloqueio e liberação.

9.22.5 A rede credenciada deverá estar equipada de forma a integrar o sistema de abastecimento com a utilização dos cartões de abastecimento por veículo e por usuário.

9.22.6 No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a utilização do cartão do veículo ou do usuário, que deverá possuir senha individual.

9.22.7 A utilização de cartão do usuário será facultativa, contudo, obrigatoriamente, cada usuário deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a implementação de solução que identifique e iniba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

9.22.8 Cada veículo será cadastrado no sistema da CONTRATADA e identificado por características básicas como, por exemplo, placa, marca/modelo/tipo/versão, status (ativo ou inativo), capacidade máxima de abastecimento, tipo de combustível, fabricante, ano de fabricação e modelo, patrimônio, unidade de lotação, hodômetro, cor etc.

9.22.9 Cada usuário será cadastrado no sistema da CONTRATADA e identificado por características básicas de, no mínimo, nome, CPF e matrícula.

9.22.10 As senhas deverão ser informadas de forma segura e inviolável, através de correspondência, eletrônica ou comercial, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, a partir da solicitação feita pelo fiscal.

9.22.11 O condutor, devidamente identificado e validado no momento do abastecimento, será considerado responsável pela respectiva transação.

9.22.12 Não será permitido abastecimento de veículos não cadastrados ou realizados por responsável não identificado ou previamente autorizado.

9.22.13 O sistema deverá possibilitar a utilização de diversos combustíveis para um mesmo veículo e/ou equipamento, face a existência de veículos bicompostíveis na frota do órgão.

9.22.14 O sistema terá seu uso restrito para fornecimento dos insumos descritos no item 9.5 deste Anexo, não sendo permitida a aquisição de quaisquer outros produtos ou serviços não especificados no Edital e seus Anexos.

9.22.15 O sistema contratado deverá permitir alterações on-line nos limites inseridos inicialmente, bem como o bloqueio/desbloqueio/troca de senha, com operações individualizadas.

9.22.16 A emissão de cartões será autorizada pelo gestor do contrato, sendo que a primeira emissão sempre será realizada sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

9.22.17 O sistema deverá possibilitar o bloqueio imediato do uso de qualquer cartão pelo respectivo gestor, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.

9.22.17.1 O sistema deverá possibilitar o bloqueio temporário a fim de evitar custos com confecção e emissão de novo cartão.

9.22.17.2 A CONTRATADA deverá fornecer tantos cartões magnéticos quantos forem solicitados pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

9.22.18 Possíveis transações efetuadas depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio à CONTRATADA serão desconsideradas pela CONTRATANTE.

9.22.19 Em casos excepcionais, em que a transação for realizada off-line, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá preservar as informações constantes no subitem anterior.

9.22.20 A CONTRATADA deverá fornecer manuais operacionais de acordo com o porte de autorização e controle, mantendo-os atualizados em todas as bases de gerenciamento, bem como fornecer manual simplificado a todos os operadores do sistema.

9.22.21 A CONTRATADA deverá prover suporte técnico operacional através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.

9.23 Da Qualidade dos Combustíveis

9.23.1 A CONTRATADA deverá garantir os produtos fornecidos e serviços executados pela sua rede credenciada, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.23.2 Eventuais danos comprovadamente causados por utilização de combustível de baixa qualidade fornecido em loja credenciada serão reparados pela CONTRATANTE, sem prejuízo de diligenciar para aferimento da qualidade do produto ofertado no respectivo estabelecimento e responsabilização da CONTRATADA, caso seja comprovado.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

10.1 Para fins de estimativa das quantidades para atender às necessidades do Ministério foram levados em consideração:

- Histórico de consumo anual dos dois últimos anos (2021 e 2022), pois entendeu-se que a margem de erro seria menor;
- Sazonalidades ou períodos com grande utilização dos veículos automotores, com conseqüente variação de consumo médio de combustíveis; e
- Os veículos Audi Q5 e Mitsubishi Outlander foram incorporados ao MT em 2020 e 2021 respectivamente.

10.2 Para possibilitar o estabelecimento dos quantitativos das necessidades e dos custos relativos, ainda que de forma estimada, foi realizado levantamento de histórico dos dois últimos anos (2021 e 2022). Também constam os cálculos médios de consumo mensal e anual desses anos e uma média entre os dois para servir de base na estimativa da quantidade a ser solicitada.

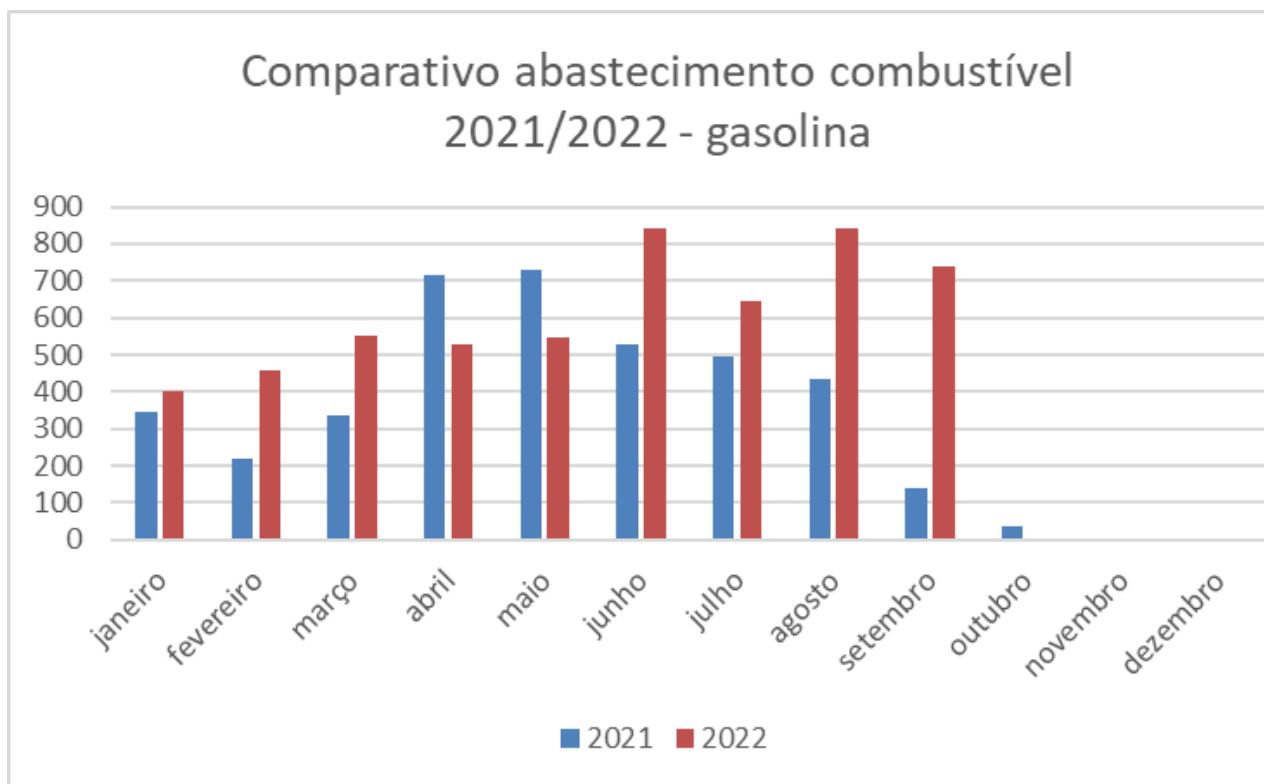
Ano	Renault JUMPER OVQ-6082	CAMINHÃO VW 8.150e JFO-2169	AUDI Q5 REC-5J17	Mitsubishi OUTLANDER PAL-3A28	RENAULT FLUENCE JJU-188	RENAULT FLUENCE JJI-6778	RENAULT FLUENCE JKO-8911	FIAT DOBLÔ JJU-1561
2021	159,798	606,065	1.738,729	2.305,194	151,774	485,296	792,165	239,263
2022	349,863	494,029	1.349,546	2.982,252	340,934	642,256	945,389	562,845
Total	509,661	1.100,094	3.088,275	5.287,446	492,708	1.127,552	1.737,554	802,108
Média mensal 2021	53,266	121,213	248,390	384,199	37,944	60,662	113,166	79,754
Média anual 2021	639,192	1.454,556	2.980,678	4.610,388	455,322	727,944	1.357,997	957,052
			5.074,426					8.108,703
Media mensal 2022	49,980	61,754	269,909	372,782	68,187	91,751	157,565	70,356
Média anual 2022	599,765	741,044	3.238,910	4.473,378	818,242	1.101,010	1.890,778	844,268
			4.579,719					9.127,675
Média mensal 2021+2022/2	51,623	91,483	259,150	378,490	53,065	76,206	135,366	75,055
Média anual 2021+2022/2	619,479	1.097,800	3.109,794	4.541,883	636,782	914,477	1.624,388	900,660
			4.827,073					8.618,189

10.3 Dessa forma, foi feito uma estimativa da quantidade, utilizando como base os anos de 2021 e 2022 e calculado uma estimativa das médias mensais e anuais nos dois anos.

10.4 Também com base na quantidade mensal nos dois anos para abastecimento com gasolina comum, elaborou-se um gráfico com base na tabela abaixo, que contem o consumo mensal de litros de combustíveis (gasolina e diesel S10) utilizados em 2021 e 2022. Observou-se um aumento considerável da demanda. Tendo em vista, que 2021 o Brasil ainda se encontrava em estado de pandemia, por conta da COVID-19, algumas atividades institucionais, incluindo as agendas oficiais das autoridades deste, como Ministro de Estado e Secretário Executivo, ficaram bastante comprometidas, impactando no consumo real de combustíveis nesse exercício.

	Gasolina	
	2021	2022
janeiro	343,383	400,77
fevereiro	218,367	459,977
março	337,483	552,897
abril	715,83	529,266
maio	727,115	546,275
junho	527,512	841,255
julho	494,76	645,062
agosto	436,255	840,555
setembro	137,95	739,46
outubro	35,037	0
novembro	0	0
dezembro	0	0

10.5 Abaixo o gráfico para uma visualização mais clara da análise feita:



10.6 Dessa forma, avaliando o retorno normal das atividades pós-pandemia em 2022, observa-se claramente um aumento considerável das atividades, que envolve o uso dos meios de transporte do MT, impactando diretamente no consumo mensal de combustível.

10.7 A quantidade estimada baseia-se na média de consumo de anos anteriores, sendo no Contrato: 29/2021 - MT (SEI 4981259) e Memória de Cálculo SEI 6727164, considerando a frota atual existente, com possibilidade de desfazimento de um dos veículos à diesel e previsão de aquisição de dois novos veículos flex, ocasionará num aumento de consumo de combustível movido à gasolina.

10.8 Além disso, importante salientar que, a partir do próximo ano, o retorno estará totalmente normalizado, portanto, será restabelecida a programação de atividades institucionais do MT.

10.9 Sendo assim, originando uma estimativa de litragem para o correlato abastecimento, na forma que segue:

Grupo	Item	Catser	Descrição	Litragem
				Quant. Anual
Único	01	25372	Gasolina Comum	15.000,00
	02		Diesel-S10	5.000,00

10.10 As quantidades previstas são estimativas, de modo que podem sofrer alterações durante a execução do contrato.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 604.250,00

11.1 Foram seguidas as orientações dispostas na Instrução Normativa nº 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização da pesquisa de preços. A pesquisa de preços foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.

11.2 Foi realizada pesquisa de mercado junto ao sítio do Banco de Preços (bancodeprecos.com.br). Face ao exposto, cumpre considerar as seguintes análises:

11.2.1 Os filtros aplicados na pesquisa foram, conforme documento acostado aos autos:

- Unidade de Fornecimento: Litro;
- Código do Serviço: 25372;
- UF: DF;
- Ano da Compra: 2022/2023;
- Forma da Compra: SISPP;
- Modalidade da Compra: Pregão;
- Resultados: Quantidade total de registros: 11;
- Registros apresentados: 01 à 11;
- Média: 2,84% de taxa de administração;
- Mediana: 2,89% de taxa de administração;
- Menor: 2,00% de taxa de administração;

11.3 Importante destacar que os combustíveis constantes nos objetos de contratação dos outros órgãos diferem em quantidade e especificações dos pertencentes ao MT, objeto deste estudo preliminar, conforme pode ser verificado nos documentos constantes neste processo.

11.4 Nesse diapasão, o percentual de taxa de administração estimado para subsidiar a competitividade do certame será de 2,84%, o qual será aplicado ao valor global dos combustíveis.

11.5 A estimativa do valor a ser contratado tem como referência a média do consumo dos períodos de 2021 e agosto de 2022, acrescido de 50%, devido ao exercício de 2020 haver abastecimentos parcial até março e em 2021, o abastecimento da frota ainda não ter sido regularizada, foi retornando da pandemia aos poucos.

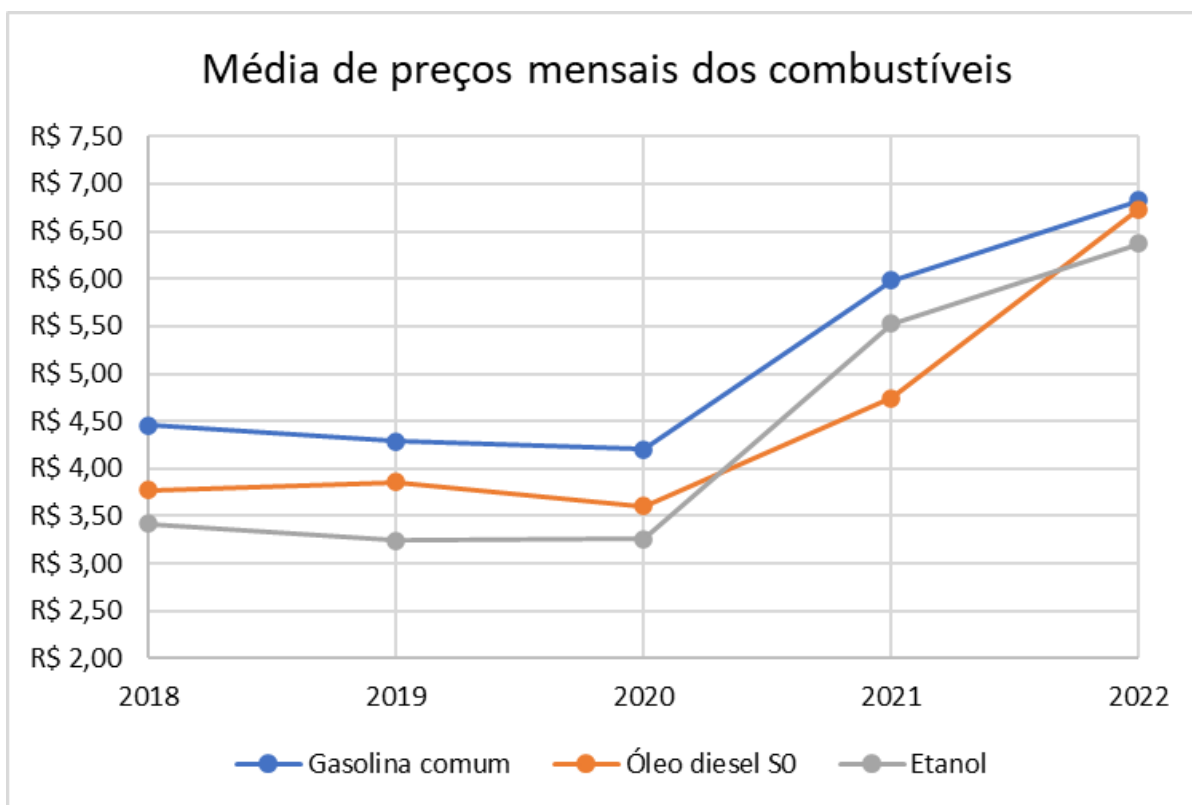
11.6 O valor total previsto a ser contratado é de R\$ 604.250,00 (seiscentos e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), para 60 meses, distribuídos nos itens conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Catser	Categoria	Unidade de Medida	Quantidade de Litros para 12 meses (A)	Quantidade de Litros para 60 meses (B = A x 5)	Valor Médio da Tabela ANP 17/09 /2023 à 23 /09/2023 (C)	Percentual Médio de taxa de Administração (D)	Valor Unitário c/ Taxa de Administração (E= C x D)	Valor Médio Total Por Combustível para 12 meses (E = C x A)
Único	1	25372	Diesel S-10.	Litro	5.000	25.000	R\$ 6,41	2,84%	R\$ 6,59	R\$ 32.950,00
	2		Gasolina Comum.		15.000	75.000	R\$ 5,70		R\$ 5,86	R\$ 87.900,00
Valor Total Médio da Contratação para 12 (doze) meses (G = F¹ + F²)										R\$ 120.850,00
Valor Médio Total do Diesel S-10 para 60 (sessenta) meses (H = F¹ x 5)										R\$ 164.750,00

Valor Médio Total da Gasolina Comum para 60 (sessenta) meses ($I = F^2 \times 5$)	R\$ 439.500,00
Valor Total Médio da Contratação para 60 (sessenta) meses ($J = H + I$)	R\$ 604.250,00

11.7 Ao buscar cotação de preços no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme o que prevê o art. 5º em seu inciso III da IN nº 65/2021.

11.8 Importante destacar que nos últimos anos os preços de combustíveis tiveram expressivo aumento de preços, conforme indica a série histórica do levantamento de preços disponibilizada pela ANP.



Fonte: Série histórica do levantamento de preço ANP

11.9 Ficam estimados os valores referenciais dos combustíveis de acordo com a ANP, conforme tabelas anexas, sendo que será considerada vencedora do certame a empresa que ofertar o menor preço global, considerando o maior desconto e a menor taxa de administração pela contratação do serviço.

11.10 Por se tratar de um serviço de administração, gerenciamento e controle de aquisições de combustíveis, faz-se necessário incluir a taxa de administração na contratação. Para a taxa de administração, foram consideradas as taxas vencedoras de licitações semelhantes, chegando-se a uma média de 2,84% (dois vírgula oitenta e quatro por cento), assim, essa será considerada a taxa máxima de administração aceita nas propostas. Para a taxa de desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis, por ocasião dos faturamentos, foi utilizado o valor de 0,00% (zero por cento), ou seja, sem concessão de desconto.

11.11 Para a classificação orçamentária, pesquisou-se as possibilidades de sua execução que são as seguintes:

3.3.90.30.01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos, tais como: aditivos, álcool hidratado, fluido para amortecedor, fluido para transmissão hidráulica, gasolina, graxas, óleo diesel, óleo para caráter, óleo para freios hidráulicos e afins.

3.3.90.39.25 – Registra valor pago em contrapartida aos serviços de organização e administração prestados por pessoa jurídica, tais como:

[...]

c) taxa de administração referente à prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota de veículos do órgão/entidade, inclusive gestão de abastecimento de combustíveis e de manutenção de veículos, com a utilização de cartão magnético.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1 Não haverá parcelamento do objeto a ser contratado, pois trata-se de um único item. Além disso, o serviço a ser contratado tem como intuito a gestão contratual do serviço de forma mais econômica e administrativamente viável.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1 No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, uma vez que não há necessidade de outra contratação para que essa seja executada em sua totalidade.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1 As contratações públicas são consideradas como instrumentos relevantes para a realização das políticas públicas. Nesse sentido, o alinhamento com o planejamento estratégico deste Órgão é vital para o alcance de resultados efetivos da organização tanto quanto para a entrega de serviços. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como atingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas, sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

14.2 A contratação pretendida encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação do Ministério dos Transportes de 2023.

14.3 Dessa forma, a pretensa contratação está prevista no Plano Anual da Contratação - PAC 2023 (6726955), para execução no exercício 2023.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

15.1 O resultado pretendido desta contratação é promover os seguintes benefícios diretos e indiretos:

15.1.1 A diminuição dos valores desembolsados anualmente, se comparado a outros contratos, ou até mesmo por economicidade processual, de fiscalização e de controle dos serviços;

15.1.2 Otimização da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos.

15.1.3 Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

15.1.4 Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para o órgão.

15.1.5 Garantir a boa execução dos serviços, que seja satisfatória para o usuário/cliente e eficiente para o órgão.

15.1.6 Contribuir indiretamente para a promoção da transparência ativa como instrumento de controle social, acesso à informação, bem como no aprimoramento dos padrões de desempenho e qualidade na prestação dos serviços públicos fornecidos pelo MT.

15.1.7 O resultado pretendido é os serviços de gerenciamento de combustíveis por meio de cartões magnéticos para o abastecimento dos veículos pertencentes à frota deste Ministério dos Transportes.

15.1.8 Com a contratação em tela busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os abastecimentos sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

16. Providências a serem Adotadas

16.1 Para a presente contratação não haverá necessidade de adequação física do ambiente do órgão, uma vez que já há os espaços previstos para a devida execução dos serviços.

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1 As atividades de abastecimento e armazenamento de combustível, podem causar alguns impactos bastante nocivos ao meio ambiente tais como: contaminação do solo, de aquíferos e contaminação humana através do contato direto com os combustíveis tóxicos. Esse trabalho avalia alguns impactos ambientais causados pelo setor de abastecimento de combustíveis de empresas de transporte rodoviário e apresenta iniciativas a serem tomadas para mitigar os problemas encontrados.

17.2 A ABNT NBR 13787 (ABNT, 2013) é a norma que trata exclusivamente do controle de estoque através de medição do volume de combustível do tanque (com régua ou qualquer outro equipamento de medição calibrado) e tabela de arqueação do tanque. Este controle fornecerá subsídios para avaliação de perdas e vazamentos, evitando assim possíveis impactos ambientais.

17.3 Os impactos ambientais mais comuns ligados aos postos de combustíveis podem ser divididos em três classificações:

17.4 Contato direto/vazamento de gases: a contaminação humana pode ocorrer pela via dermal, via respiratória e via oral.

17.5 Vazamentos / Derrames: os impactos ambientais que as atividades dos postos de serviços podem ocasionar é a contaminação do solo através de derramamentos de combustíveis de armazenamento enterrados no solo, que dependendo da gravidade e da característica do solo pode atingir os lençóis freáticos ocasionando a contaminação da vizinhança através dos poços, que na maioria das vezes são usados como fonte de abastecimento de água das pessoas.

17.6 Incêndio: um dos impactos ambientais causados pelas atividades dos postos de distribuição de combustíveis são os efeitos causados pelos incêndios, que quando ocorrem são bastante prejudiciais aos funcionários, servidores, e vizinhança e podem causar vítimas fatais. Diante destes perigos, alguns cuidados devem ser tomados no manuseio dos produtos de petróleo, visando evitar incêndios e riscos às pessoas.

18. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

18.1 Todo o material e tecnologia deverão ser ambientalmente sustentáveis, atendendo ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU 5ª Edição e Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, exceto aquele em que não se aplica a referida contratação.

18.2 Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

18.3 Fornecer produtos e combustíveis de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO.

18.4 Utilizar materiais preferencialmente reciclados e na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agredam o meio ambiente.

18.5 Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora.

18.6 Utilizar preferencialmente materiais, cujos fornecedores ou fabricantes evidenciem o uso racional da água, inclusive a sua reutilização após tratamento.

18.7 Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada.

18.8 Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

18.9 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

18.10 Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução de serviços, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc., bem como se houver a necessidade, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's).

18.11 Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

18.12 Observar o disposto na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

19.1 Com base no exposto neste Estudo, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº: 635, de 03 de julho de 2023, publicada no Boletim de Gestão de Pessoas/SIGEPE – BGP nº 7.2, Ano 7, em 04 de julho de 2023, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

19.2 Diante das justificativas acima expostas neste documento, esta equipe de planejamento declara viável a contratação.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Requisitante

WILLIAM ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/01/2024 às 08:42:03.

Despacho: Responsável técnico designado pela Portaria nº 635 de 3 de julho de 2023.

PEDRO ARTHUR BRAUNE GUEDES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/01/2024 às 11:55:35.